

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

DANIELLE MOTA TRIGO COTEGIPE

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM ABORDAGEM AOS PORTADORES
DE PARALISIA CEREBRAL**

**TEÓFILO OTONI
2014**

DANIELLE MOTA TRIGO COTEGIPE

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM ABORDAGEM AOS PORTADORES
DE PARALISIA CEREBRAL**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte das exigências para a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Msc. Sônia Maria Nunes Viana

TEÓFILO OTONI
2014

COTEGIPE, DANIELLE

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM ABORDAGEM AOS
PORTADORES DE PARALISIA CEREBRAL [manuscrito] /
DANIELLE COTEGIPE. - 2014.

53 f.

Orientador: SÔNIA VIANA.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em
Formação Pedagógica Para Profissionais da Saúde - Universidade
Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem, para obtenção do
título de Especialista em FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA
PROFISSIONAIS DE SAÚDE.

1.EDUCAÇÃO INCLUSIVA. 2.PARALISIA CEREBRAL.
I.VIANA, SÔNIA . II.Universidade Federal de Minas Gerais.
Escola de Enfermagem. III.Título.

Danielle Mota Trigo Cotegipe

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM ABORDAGEM AOS
PORTADORES DE PARALISIA CEREBRAL**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização de Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do Certificado de Especialista.


Membros da Comissão Examinadora:



Profa. Sonia Maria Nunes Viana (Orientadora)



Profa. Vanessa Patrocínio de Oliveira



Prof. Fernando Ribeiro Andrade



Profa. Cinara Hollerbach

Data de aprovação: 25/04/2014

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos meus pais, meu marido e aos meus filhos, por quem tenho um amor incondicional! Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, Mestre dos Mestres provedor da minha vida. E a todos que diretamente ou indiretamente colaboraram para que mais este sonho fosse realizado. Muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise da evolução da educação inclusiva, tendo como destaque a inclusão de portadores de paralisia cerebral no ensino regular. Fez-se aqui uma abordagem qualitativa sobre as possibilidades de inclusão de paralisados cerebrais nas escolas regulares, destacando os tipos de adaptações físicas e curriculares que podem ser usadas para que esta inclusão tenha sucesso, assim como a importância da atuação do professor neste processo. Destacou-se ainda a importância que a escola, juntamente com a família e professores têm para que seja alcançado êxito na inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais. Destacando que, a falta de conhecimento acerca das deficiências tem causado grande preconceito e discriminação por parte dos agentes envolvidos no sistema educacional. Outra dificuldade inerente à inclusão no campo educacional é a carência da formação continuada do professor. Em meio a este novo paradigma, numa perspectiva de uma educação inclusiva, ressalta a família como agente principal para esta inclusão escolar. Aborda-se, ainda, a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas regulares. É importante e faz necessário que as escolas ressignifiquem seu papel, combatendo, assim, atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, constituindo uma sociedade inclusiva.

Palavras-chave: Paralisia Cerebral; formação do professor; educação inclusiva.

ABSTRACT

This work aims at analysing the development of inclusive education, highlight the inclusion of people with cerebral palsy in regular education. qualitative approach will be made on the possibilities for inclusion in regular schools brain paralysed, highlighting the types of curriculum and physical adaptations that can be used for this inclusion is successful, as well as the importance of the teacher in this process. There will be a highlight of the importance of school, along with family and teachers have to achieve success on the inclusion of people with special educational needs. Destacs that, the lack of knowledge about disability has caused great prejudice and discrimination on the part of the agents involved in the educational system. Another difficulty inherent to the inclusion in education is the lack of continuing teacher education. Amidst this new paradigm, a perspective of inclusive education, emphasizes the family as primary school enrollment for this agent. One should also discusses the importance of specialized educational services (ESA) in mainstream schools. It is important and necessary for schools resignify their role, thus combating discriminatory attitudes, creating welcoming communities, constituting an inclusive society.

Keywords: cerebral palsy; educator training; inclusive education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVO	10
3 REVISÃO DE LITERATURA	11
3.1 PARALISIA CEREBRAL: Definição e classificação	11
3.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	13
3.3 PRINCIPAIS DOCUMENTOS ORIENTADORES DA INCLUSÃO A NÍVEL INTERNACIONAL E NACIONAL.....	14
3.3.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).....	15
3.3.2 Declaração de Jomtien (1990)	15
3.3.3 Declaração de Salamanca (1994).....	15
3.3.4 Convenção da Guatemala (1999).....	16
3.3.5 Constituição Federal Brasileira (1988).....	16
3.3.6 Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).....	16
3.3.7 Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)	17
3.3.8 Política Nacional Para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Decreto Nº 3.298 (1999)	18
3.3.9 Plano Nacional de Educação (2001)	18
3.3.10 Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência (2001)	18
3.3.11 Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica (2001).....	19
3.3.12 Política Nacional de Educação na Perspectiva de Educação Inclusiva. MEC/2007.....	19
3.3.13 Decreto – 6.571/08	19
3.4 A FAMÍLIA FRENTE AO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	19
3.4.1 Importância da família no processo de inclusão	22
3.5 A ESCOLA E O PROCESSO DE INCLUSÃO.....	23
3.5.1 Inclusão como caminho para uma prática pedagógica reflexiva na educação.	24
3.6 A FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE AO PARADIGMA DA INCLUSÃO	26
3.6.1 A Formação de Professor na Perspectiva da Educação Inclusiva	27
3.6.2 O Ressignificado da Prática Docente numa Educação Inclusiva.....	30
3.6.3 A Prática do Professor Frente à Deficiência Intelectual	33
4 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	37
5 PERCURSO METODOLÓGICO.....	40
6 RESULTADOS	42
7 DISCUSSÃO	44
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa mostrar, em uma revisão bibliográfica, a importância da educação inclusiva no processo de inserção social de portadores de paralisia cerebral, já que é proposta a inclusão que todos devem aprender juntos, levando-se em conta as dificuldades, os limites e as possibilidades de cada um e facilitando a resiliência - a conquista de certo sucesso social, apesar dos limites; percebendo-se aí um “novo olhar”, que não seja o da ênfase na doença da criança, mas sim do desenvolvimento dos potenciais dela.

Este estudo tem o objetivo de conhecer o que temos em nossa literatura sobre a inclusão escolar dos portadores de paralisia cerebral, observando a importância desta inclusão para a inserção destas crianças na sociedade e cultura em que vivem e analisar se a preparação dos professores existe para que eles possam receber estes alunos no ensino regular, além de entender os tipos de adaptações que se fazem necessárias, não só na estrutura física, mas principalmente na estrutura pedagógica para que a inclusão seja feita de maneira satisfatória.

Fez-se uma análise da evolução histórica da educação inclusiva, verificando os documentos orientadores da inclusão no âmbito nacional e internacional; outro elemento considerado relevante foi a importância da família e da escola no processo inclusivo, dando ênfase à inclusão de portadores de paralisia cerebral, fazendo um paralelo entre o desenvolvimento neuropsicomotor normal e o de portadores de paralisia cerebral e também foi feito um estudo do professor como facilitador da aprendizagem e a importância de uma formação destes professores com qualidade e experiência para que eles possam receber os alunos incluídos sem temores e aflições, tendo uma formação pedagógica continuada que lhes dê apoio para tal. As adaptações físicas, de mobiliário e pedagógicas necessárias na inclusão e os tipos de comunicação e linguagem para crianças com necessidades educacionais especiais também serão discutidos.

Para atender a proposta deste trabalho levantou-se as seguintes problematizações:

Qual é a importância da educação inclusiva para a inserção de paralisados cerebrais na escola regular e conseqüentemente, na sociedade? Qual a importância do preparo dos professores em sua formação profissional para tal feito?

Se a educação inclusiva parte do pressuposto que alunos ditos “normais” e alunos “especiais” devem aprender juntos, então, a inserção deste tipo de educação deve ser incentivada numa gama maior de escolas para que um número crescente de crianças com paralisia cerebral possam ser incluídas na sociedade além de que, os professores precisam

estar preparados pedagogicamente para receber estes alunos e receberem um apoio continuado para fazer com que a inclusão realmente aconteça; não bastando somente as adaptações pedagógicas e do meio, mas também, e principalmente, sensibilidade dos profissionais envolvidos neste processo para saber valorizar o saber e a capacidade de aprendizagem de cada aluno recebido para inclusão.

2 OBJETIVO

Objetivo Geral:

Compreender o processo histórico da educação inclusiva, bem como a etimologia da paralisia cerebral, destacando assim, a escola numa perspectiva inclusiva e valorizando a prática docente e suas dificuldades.

Objetivos Específicos:

- Análise da educação inclusiva com abordagem aos portadores de paralisia cerebral;
- Conhecer o que temos na literatura sobre a inclusão escolar dos portadores de paralisia cerebral;
- Observar a importância da inclusão para a inserção destas crianças na sociedade e cultura em que vivem;
- Analisar se há preparação dos professores para receber estes alunos no ensino regular.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 PARALISIA CEREBRAL: Definição e classificação

Sheperd (1995, p. 110), define paralisia cerebral como: um grupo de distúrbios cerebrais de caráter estacionário que são devidos a alguma lesão ou às anomalias do desenvolvimento ocorridas durante a vida fetal ou durante os primeiros meses de vida; se caracterizando pela falta de controle sobre os movimentos, pelas modificações adaptativas do comprimento dos músculos e, em alguns casos, por deformidades ósseas.

Apesar de ser uma doença de fisiopatologia estacionária, as manifestações clínicas parecem mudar à medida que a criança avança em idade, parecendo ser devido ao processo de maturação e adaptação, portanto dependendo das experiências que o lactente experimenta. Em suma, a lesão é permanente, mas os sintomas vão modificando de acordo com as experiências que a criança experimenta com o passar do tempo.

A Paralisia Cerebral é definida como uma desordem do movimento e da postura devido a um defeito ou lesão do cérebro imaturo” (...). A lesão cerebral não é progressiva e provoca debilitação variável na coordenação da ação muscular, com resultante incapacidade da criança em manter posturas e realizar movimentos normais, Esta deficiência motora central está frequentemente associada a problemas de fala, visão e audição, com vários tipos de distúrbios da percepção, um certo grau de retardo mental e/ou epilepsia (BOBATH, 1984, p.1)

De forma mais simples, paralisia cerebral (PC) é uma deficiência motora ocasionada por uma lesão do cérebro, quando ele ainda não estava completamente desenvolvido. Mas não significa que o cérebro tenha ficado paralisado, mas sim que ele não comanda corretamente os movimentos do corpo, não manda ordens adequadas para os músculos, em consequência da lesão sofrida.

Na criança com paralisia cerebral podemos notar as seguintes características: alterações no desempenho motor ao andar, ao usar as mãos para comer, ao escrever, ao se equilibrar, ao falar, ao olhar ou qualquer outra atividade que exija controle do corpo e coordenação motora adequada, assim como comprometimentos das funções neurovegetativas (sucção, mastigação, deglutição); podendo apresentar também deficiências sensoriais e intelectuais, ou seja, dificuldades para ver, ouvir, assim como para perceber as formas e texturas dos objetos com as mãos, prejuízo da noção de distância, lateralidade, etc. Estas dificuldades dependem da área cerebral que foi lesada.

É importante lembrar que paralisia cerebral não é doença, mas uma condição especial,

que frequentemente ocorre em crianças antes, durante ou logo após o parto, e quase sempre é resultado da falta de oxigenação no cérebro; na forma mais leve a PC pode resultar em movimentos desajeitados ou em controle deficiente das mãos; na forma mais severa, pode resultar em falta de controle muscular afetando profundamente os movimentos globais e a fala.

Godói (2006) classifica a paralisia cerebral por tipo clínico, tentando especificar o tipo de alteração de movimento que a criança apresenta em:

Espástica: Os músculos são muito tensos, o que limita ou impossibilita os movimentos do corpo. A criança espástica é dura demais para mover-se, todo movimento é lento e exige um grande esforço. É o tipo mais comum de paralisia cerebral.

Extrapiramidal: A lesão ocorreu em uma região do cérebro chamada núcleos da base e os músculos possuem um grau de tensão variável, o que resulta em uma realização de movimentos indesejáveis, que são muito difíceis de dosar e controlar (atetose). A criança atetóide tem grande dificuldade de realizar o movimento voluntário e manter a mesma postura por muito tempo.

Coréico: Há variação no grau de tensão dos músculos das raízes dos membros (em relação ao braço, esta variação ocorre nos ombros), levando à realização de movimentos rápidos e indesejáveis. A criança coréica pode ter dificuldade para realizar o movimento voluntário.

Distônico: Há um aumento repentino na tensão muscular, levando à fixação temporária de um segmento do corpo em uma postura extrema.

Atáxico: A lesão ocorreu no cerebelo, responsável, entre outras coisas, pelo equilíbrio. Os movimentos são incoordenados e bruscos. Pode haver presença de um certo tremor. A criança atáxica tem dificuldade em manter uma postura parada. É um tipo raro de PC.

Vale ressaltar que podem existir combinações entre esses tipos de paralisia cerebral, caracterizando paralisia cerebral mista.

Shepherd (1995, p. 115), classifica a PC quanto à localização do corpo que foi afetada em:

Diparesia: Quando membros inferiores e superiores são comprometidos, mas os membros superiores apresentam melhor função que os inferiores, ou seja, quando os membros inferiores têm menor comprometimento.

Hemiparesia: Quando apenas um dimídio do corpo (direito ou esquerdo) é acometido.

Tetraparesia: Quando os quatro membros estão igualmente comprometidos.

A classificação por severidade do comprometimento motor, isto é, leve, moderado e

severo ou grave, é geralmente usada em combinação com a classificação anatômica e clínica: ex.: hemiparesia espástica grave (SOUZA E FERRARETO, 1988) .

Em seu artigo “Desenvolvimento motor em crianças com Paralisia Cerebral: avaliação e intervenção”, Rosa (2008) afirma que a avaliação motora da criança PC é importante para fornecer aos educadores, profissionais clínicos e pesquisadores, informações pertinentes à prescrição de programas e atividades motoras, além da avaliação desses programas em crianças com desvios no sistema motor e problemas de desenvolvimento. Dessa forma, a avaliação motora se estabelece como um recurso que possibilita obter dados de uma criança ou população específica, que podem se tornar decisões válidas sobre seu desenvolvimento motor. Estabelece-se, assim, a avaliação diagnóstica como ponto inicial para uma intervenção educacional planejada, cujo objetivo primário é melhorar as habilidades motoras permitindo maiores níveis de funcionamento nas atividades da vida diária. No programa de intervenção educacional, o profissional deve ter em mente as reais necessidades de seu aluno e que, para atender tais necessidades e expectativas do indivíduo, é importante considerar as suas características nos vários processos de mudanças.

3.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação de pessoas com deficiência nasceu de forma solitária, segregada e excludente. Surgiu com caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação de religiosos e filantropos na Europa e mais tarde nos Estados Unidos e Canadá, onde surgiram os primeiros programas para prover atenção e cuidados básicos de saúde, alimentação, moradia e educação desta parte da população segregada pela sociedade (BRUNO, 2006, p.9).

As primeiras iniciativas para a educação de pessoas com deficiência surgiram na França em 1620, quando Jean Paul Bonet tentou ensinar um mudo a falar. Foram fundadas em Paris as primeiras instituições especializadas na educação de pessoas com deficiência: a educação de surdos com o abade Charles M.Eppé, que criou o “Método dos Sinais” para comunicação com surdos. O Instituto Real dos Jovens Cegos, em Paris, fundada por Valentin Haüy, em 1784 destinava-se a leitura tátil pelo sistema de letras em relevo. Mais tarde, em 1834 Louis Braille criou o sistema de leitura e escrita por caracteres em relevo denominado sistema braile, abrindo perspectivas de comunicação, educação e independência para pessoas cegas. Para educação de pessoas com deficiência mental, foi o francês Jean Marc Itard, no século XIX, que sistematizou um método de ensino inspirado na experiência do menino

selvagem de Ayeron (sul da França), que consistia na repetição de experiências positivas. A primeira instituição pública para educação de crianças com deficiência mental foi residencial, fundada pelo médico francês Edward Seguin, que criou um método educacional originado da neurofisiologia que consistia na utilização de recursos didáticos com cores e músicas para despertar a motivação e o interesse dessas crianças.

No Brasil, a primeira escola especial foi criada em 1854, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, e em 1857, o Instituto Imperial de Educação de Surdos, ambos no Rio de Janeiro, propagando o modelo de escola residencial por todo país. A educação especial surgiu sob o enfoque médico e clínico, com o método de ensino para crianças com deficiência mental, criado pela médica italiana Maria Montessori, no início do século XX. O método Montessori, inspira-se na rotina diária e na ação funcional, fundamentando-se na estimulação sensorio-perceptiva e autoaprendizagem, utilizando blocos, cubos e barras de madeira, objetos variados e coloridos, material de encaixe e seriação entre outros, sendo este método mundialmente difundido e usado até hoje, inclusive no Brasil, na educação pré-escolar de crianças sem deficiência.

Em meados do século XX, são criadas no Brasil o Instituto Pestalozzi e as APPAES, destinadas à implantação de programas de reabilitação e educação especial.

A idade contemporânea é marcada pelo paradigma da cientificidade, do psicologismo, da valorização dos testes quantitativos, do treinamento sensorial e motor. Surge então, uma política nacional de educação ancorada na Lei Nº. 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LBD), com a recomendação de integrar, no sistema geral de ensino, a educação de excepcionais, como eram chamadas na época as pessoas com deficiências. Na década de 80 a educação de crianças com deficiências na escola comum ganhou força com o movimento nacional de defesa dos direitos das pessoas com deficiências, que pregava a passagem do modelo educacional segregado para integração de pessoas com deficiências na escola, no trabalho e na comunidade, tendo em vista a igualdade e justiça social. (BRUNO, 2006)

3.3 PRINCIPAIS DOCUMENTOS ORIENTADORES DA INCLUSÃO A NÍVEL INTERNACIONAL E NACIONAL.

3.3.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

A Assembleia Geral das Nações Unidas , em 1948, proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos na qual reconhece que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos... (Art.1.)... sem distinção alguma nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna de nascimento ou de qualquer outra situação” (Art.2.) (ARANHA, 2006).

De maneira geral, esta Declaração assegura às pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação da vida em comunidade (ARANHA, 2006) .

3.3.2 Declaração de Jomtien (1990)

O Brasil participou em março de 1990, da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, na qual foi proclamada a Declaração de Jomtien em que os países relembram que a “educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”. Declarando também entender que a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, sendo um elemento que “pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional”. (ARANHA, 2006; p 15)

3.3.3 Declaração de Salamanca (1994)

Em Junho de 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca (Espanha), teve como objetivo específico a discussão da atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais, ficando declarado, entre outras coisas, que: Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso a escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades; as escolas comuns, com esta orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos. A

Declaração ainda exige de todos os governos: adotar, com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada, que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário; criar mecanismos descentralizados e participativos, de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com necessidades educacionais especiais; assegurar que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender as necessidades educacionais especiais, nas escolas integradoras (ARANHA, 2006).

3.3.4 Convenção da Guatemala em 1999

A Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadores de Deficiência, no seu artigo I, define que o termo deficiência “significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. (ARANHA, 2006; p 17)

Também define que não constitui discriminação “a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado para promover a integração social ou desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência desde que a diferenciação ou a preferência não limite em si mesmo o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação”. (ARANHA, 2006; p 17)

3.3.5 Constituição Federal Brasileira no ano de 1988

Assumiu formalmente os mesmos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, além de introduzir no país uma nova prática administrativa representada pela descentralização do poder, a partir dos quais os municípios foram contemplados com autonomia política para tomar decisões e implantar recursos e processos necessários para garantir melhor qualidade de vida para os cidadãos que neles residem. (ARANHA, 2006; p 18)

3.3.6 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990

No que se refere à educação, o estatuto da criança e do adolescente estabelece em seu artigo 53 que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno

desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. O art.54 diz que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (ARANHA, 2006) .

3.3.7 Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996

Responsabilizou os municípios brasileiros pela universalização do ensino para os cidadãos de 0 a 14 anos, ou seja, da oferta de Educação Infantil e Fundamental para todas as crianças e jovens nesta faixa etária, responsabilizando o município pela implantação da Educação Inclusiva no âmbito da Educação Infantil e Fundamental. (ARANHA, 2006; p 20)

A lei de diretrizes e bases dedica um capítulo V à Educação Especial, detalhando de maneira clara as possibilidades de sua caracterização. Assim o artigo 58, parágrafo 1º diz que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializados, na rede regular para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. O parágrafo 2º deste mesmo artigo define que “o atendimento educacional será feita em classe, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comum de ensino regular”. Na sequência, o parágrafo 3º deste mesmo artigo coloca que “a oferta de educação especial é dever constitucional do Estado tem início, durante faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (ARANHA,2006).

Ainda o artigo 59 diz que os sistemas de ensino assegurarão aos educando com necessidade especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades, bem como “terminalidade específica” á aqueles que não podem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e a aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (ARANHA, 2006)

A redação do parágrafo 2º do artigo 59 provocou confusão, dando a entender que, dependendo da deficiência, a criança só poderia ser atendida em escola especial. Na verdade, o texto diz que o atendimento especializado pode ocorrer em classes ou em escolas especiais, quando não for possível oferecê-lo na escola comum.

3.3.8 Política Nacional Para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Decreto Nº 3.298 (1999)

O decreto estabelece a matrícula compulsória de pessoas com deficiência, em cursos regulares, a consideração da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e modalidades de ensino, a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino, dentre outras medidas (Art.24; I, II, IV)(ARANHA, 2006).

Este decreto regulamenta a Lei nº 7.853/89 define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de estudante que emana da deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ela pública ou privada. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

3.3.9 Plano Nacional de Educação (2001)

Estabelece objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, tais como: padrões mínimos de infra-estrutura das escolas para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais; formação inicial e continuada dos professores para atendimento das necessidades dos alunos; disponibilização de recursos didáticos especializados de apoio à aprendizagem nas áreas visuais e auditivas, entre outras (ARANHA, 2006) .

3.3.10 Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência

Realizada em 2001, houve comprometimento do Brasil em: prevenir todas as formas de deficiência; detecção e intervenção precoce, tratamento, reabilitação, educação, formação ocupacional e prestação de serviços completos para garantir o melhor nível de independência e qualidade de vida para pessoas portadoras de deficiência; sensibilização da população a eliminação de preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais, permitindo assim o respeito e convivência com as pessoas portadoras de deficiência (ARANHA, 2006).

3.3.11 Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica (2001)

Esta resolução ratifica a obrigatoriedade da matrícula de todos os alunos na escola regular, devendo a escola se adaptar ao aluno, tornando-se um espaço inclusivo. (ARANHA, 2006; p 23)

3.3.12 Política Nacional de Educação na Perspectiva de Educação Inclusiva. MEC/2007

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação, política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção dos direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença com os valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal à contextualização as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Nesta perspectiva a Política Nacional de Educação sobre o parâmetro de uma Educação Inclusiva, tem como premissa assegurar a inclusão escolar de pessoas com deficiências visando construir políticas públicas que garanta uma educação de qualidade.

3.3.13 Decreto – 6.571/08

Este instrumento legal disciplina que: A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino. Diante de todo esse contexto e para melhor esclarecimento sobre a deficiência intelectual necessário se faz conceituação da deficiência intelectual. (ARANHA,2006)

3.4 A FAMÍLIA FRENTE AO PARADIGMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É de suma importância a participação ativa da família no processo de inclusão escolar e social de seus membros com deficiência. A facilitação ou impedimento que a família traz para a inclusão desses vai demandar no seu processo de desenvolvimento. Antes de ser aceita, participar e interagir com a comunidade, se faz necessário que esse membro com deficiência

seja aceito, amado e incluído no seio familiar. E isso, vai depender de vários fatores, entre eles o grau de entendimento da família com relação à deficiência; a posição que esse membro ocupa na prole; o nível cultural e social da família entre outros.

Neste sentido os aspectos acima citados são sem dúvidas interdependentes, quanto maior for a participação da família no contexto social; será melhor a inclusão das pessoas com deficiência e a aceitação da própria família para lidar com cada deficiência, em especial com deficiência intelectual.

De fato a família constitui uma grande importância relação para as pessoas com deficiências, proporcionando segurança e confiança. Segundo Rey e Martins (1989, p.143): “A família representa talvez a forma de relação mais complexa e de ação mais profunda sobre a personalidade humana, dada a enorme carga emocional das relações entre os seus membros”. Para esses autores estas complexidades se dão no seio familiar através das relações estabelecidas por meio de um convívio fundamental em que tenha comunicação, onde as relações entre os seus membros os saberes sejam compartilhadas.

A família se constitui o grupo social primário, e é por meio deste convívio que se inicia o processo de socialização, construindo uma aprendizagem significativa. Para Lopez (1999, p.75): “os pais são os responsáveis legais e morais pela educação de seus filhos, e a educação escolar não os exime dessa responsabilidade, a participação dos pais é fundamentalmente necessária para que continuem a exercer seu papel de principais educadores dos filhos”. Corroborando com o autor Macedo (1991) que afirma que a família :

É a matriz da identidade pessoal e social, uma vez que nela se desenvolve o sentimento de pertinência, que nomeia e fundamenta a identificação social da criança, bem como o sentimento de independência e autonomia baseado no processo de diferenciação, que permite a consciência de si mesmo, como alguém diferente e separado do outro (p. 63)

Dessa forma, a família é entendida como sendo um sistema social, que proporciona aos seus membros a construção de uma identidade pessoal e social, oportunizando lhes, também, um ambiente propício ao desenvolvimento afetivo, cognitivo e social.

Sobre esta ótica poder-se-á inferir que de fato a participação dos pais no sistema educacional, é de suma importância, pois além de permear o desenvolvimento de seu filho, estimulam e melhorarão a qualidade da educação escolar. Dessa forma, os pais devem participar de todo o processo educacional, discutindo questões relevantes à educação de seus filhos, colaborando com sugestões para melhoria das condições das escolas.

Para se construir uma sociedade inclusiva é fundamental que as famílias tenham autonomia para cuidar das questões relacionadas às necessidades especiais de seus filhos. Em uma sociedade inclusiva, as famílias de pessoas com deficiência devem estar presentes em todos os momentos, participando das decisões, fazendo valer os seus direitos e lutando por melhores condições de vida para todos. (PAULA, 2007, p.7)

Assim a escola, para se tornar uma escola inclusiva, deve estabelecer relações com os familiares para alcançar os objetivos necessários de uma educação de qualidade. Haja vista que a maioria dos pais não está acostumada a participar ativamente das atividades escolares. Isso faz com que as pessoas se isolem e muitos deixem de discutir os assuntos inerentes para a educação.

A escola ao receber um aluno com deficiência deve primar pelo contato com a família, pois pelo fato da criança permanecer maior parte de seu tempo no seio familiar, ela pode fornecer informações concretas dos comportamentos e atitudes daquele educando.

No que tange a educação inclusiva faz-se necessário o envolvimento direto dos familiares, uma vez que a formação do cidadão se dá, no convívio familiar. É através da família que se desenvolvem valores, hábitos e ideias sobre a visão de mundo. Portanto a construção de tais valores é necessária para o crescimento da pessoa com deficiência em especial aqueles com deficiência intelectual.

Assim, a família tem importante papel na construção de uma escola inclusiva. Para as pessoas com deficiência a escola é a extensão de sua família proporcionando também os aportes necessários para seu desenvolvimento biopsicossocial. Conforme Paula, (2007);

A escola tem um papel muito importante na vida da criança e do jovem com deficiência intelectual. Ao entrar na escola, estes têm a oportunidade de conviver, de relacionar com diferentes pessoas, aprendendo a perceber que todas têm características próprias, que nenhuma é igual à outra. Dessa forma, ela vai passar por muitas experiências novas e, assim, vai agir, reagir, mudar sua forma de pensar criar um jeito próprio de se relacionar com o mundo. (p.8)

Sobre esta vertente o espaço escolar, portanto, é um local apropriado para combater a discriminação e o preconceito. Nessa premissa, compreende que a pessoa com deficiência intelectual, deve ser inserida o mais cedo possível no contexto escolar, ou seja, desde a educação infantil. Partindo da constatação de que a unidade familiar e escolar são os dois principais pilares para a construção da personalidade das crianças e cada uma possui distintos papéis e missão.

Cabe à família cumprir com seu verdadeiro papel de educadora, e que não transfira sua responsabilidade para outrem ou para as instituições de ensino. Cabe também a escola a

responsabilidade institucional de educar. Entretanto família e escola têm que se associar, para obter uma educação eficaz. Assim é necessário que os pais tenham um acompanhamento escolar, para o fortalecimento de um desenvolvimento educacional sustentável e satisfatório.

As famílias de crianças com necessidades educacionais especiais têm de recorrer a diferentes profissionais, seja para o diagnóstico, a intervenção ou a busca de suporte. Esses contatos podem contribuir uma fonte de apoio à compreensão, ou representar uma dificuldade a mais, quando o tratamento recebido não é adequado. (PANIAGUA, 2004, p.337)

Para o autor é necessário que os profissionais que desempenhem um trabalho junto com a família, seja ele no âmbito escolar ou social, médico ou psicológico, precisa-se que tais profissionais tenham uma relação eficaz e satisfatória, dando suporte necessário para os pais, ajudando-os assim, no processo de aprendizagem das pessoas com deficiência.

Observando esses conceitos sob a ótica da escola e da família é imprescindível que haja confiança entre ambas, por sua vez, cada uma deve se adequar no que for necessário para o desenvolvimento da pessoa com deficiência. Assim, é importante que os profissionais da educação sejam qualificados, capacitados e com formação específica para cada deficiência e sobre este olhar faz-se necessário, compreender a importância primaz da formação continuada dos professores, para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

3.4.1 Importância da família no processo de inclusão

Não há como negar a suma importância que a família tem no processo de inclusão escolar de crianças portadoras de necessidades especiais, sejam estas necessidades físicas ou mentais. Para tanto, é necessário que a família construa conhecimentos sobre as necessidades especiais de seus filhos, bem como desenvolva competências de gerenciamento do conjunto dessas necessidades e potencialidades, e que os profissionais desenvolvam relações interpessoais saudáveis e respeitadas com esta família para garantir maior eficiência no alcance de seus objetivos.

De acordo com Aranha (2006,4 p.7), a família precisa construir padrões cooperativos e coletivos de enfrentamento dos sentimentos, de análise das necessidades de cada membro e do grupo como um todo, de tomada de decisões, de busca dos recursos e serviços que entende necessários para seu bem-estar e uma vida de boa qualidade.

O sentimento de desamparo que as famílias normalmente têm ao se perceber sozinhas para administrar as dificuldades que se apresentam em tal situação, têm que ser substituídos

por trabalhos em grupo para facilitar a troca de experiências e permitir reflexões sobre atitudes de enfrentamento e gerenciamento das dificuldades cotidianas com seu filho (a) e mesmo na orientação para o encaminhamento nas áreas da saúde e educação, com vistas à inclusão.

A falta de informação sobre as necessidades especiais da criança, sobre os recursos existentes na comunidade e sobre os procedimentos de acesso a esses recursos tem, em grande parte das vezes, levado os pais a uma condição de dependência de um determinado serviço ou mesmo de profissionais. Dificilmente são orientados a analisar o conjunto de suas necessidades, a tomar decisões e a exigir qualidade no atendimento que necessitam.

Há que se investir na abordagem das questões da família como um coletivo, necessitando para seu próprio desenvolvimento, garantir a participação de todos no compartilhar sentimentos, na análise dos problemas, no processo de tomada de decisões e responsabilidades; para se ter um instrumento de crescimento e desenvolvimento e favorecer a qualidade de vida das famílias de portadores de necessidades especiais.

Em suma, família e escola têm que caminhar juntas para que a inclusão escolar seja feita com sucesso.

3.5 A ESCOLA E O PROCESSO DE INCLUSÃO

A escola é o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento produzido historicamente pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

Como disse Aranha (2006,3 p.7), “escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades”.

De forma que uma escola somente poderá ser considerada inclusiva, se estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação; e um ensino só será significativo se garantir o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados.

Na escola inclusiva o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional, sendo respeitado em suas potencialidades e necessidades e que a escola responde com qualidade pedagógica.

Perrenoud (2000) aponta alguns fatores que dificultam a construção de um coletivo, no

contexto educacional: a limitação histórica da autonomia político-administrativa do profissional da Educação e o individualismo dela consequente, a falta do exercício das competências de comunicação, de negociação, de cooperação, de resolução de conflitos, de planejamento flexível e de integração simbólica, a diversidade das personalidades que constituem o grupo de educadores, e até mesmo a presença frequente da prática autoritária da direção, ou coordenação de ensino.

As dificuldades descritas por Perrenoud (2000), somente poderão ser eliminadas por meio da convicção de que a escola precisa mudar, da vontade política de promover tal mudança e a construção de novas formas de relacionamento, no contexto educacional, levando em conta o potencial e o interesse de cada aluno.

Chega-se à conclusão que a construção de uma escola inclusiva implica em transformações no contexto educacional: transformações de ideias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como didático-pedagógico; e é somente com a construção de um novo projeto político-pedagógico na escola que estas mudanças se concretizarão.

As reflexões a cerca de um novo projeto político-pedagógico têm por objetivo favorecer a comunidade escolar, a compreensão da função social da escola, seu papel e seus objetivos, identificando o que deve ser feito para se ajustar o fazer da escola, de forma que os objetivos para ela postos possam ser alcançados, ou seja, tem-se que criar um planejamento de mudanças nos aspectos sociopolíticos, administrativos e didático-pedagógicos, para concretamente diminuir a distância entre o que se quer e o que se tem.

3.5.1 Inclusão como caminho para uma prática pedagógica reflexiva na educação.

A Escola Inclusiva materializa um espaço democrático de respeito à diversidade, se adaptando para receber sua demanda tanto no aspecto pedagógico, como sociocultural. (MARINS, 2009)

Bruno(2006) afirma que a inclusão é um processo dialético complexo, pois envolve a esfera das relações sociais inter e intrapessoais vividas na escola. No seu sentido mais profundo, vai além do ato de inserir, de trazer a criança para o centro de educação infantil; significando envolvimento, compreensão, participação.

No processo de inclusão, a criança com necessidades educacionais especiais deve ser olhada na sua dimensão humana, como pessoa com possibilidades e desafios a vencer, de forma que os laços de solidariedade e afetividade não sejam quebrados.

As questões éticas da inclusão não implicam apenas no respeito ou valorização das diferenças, mas em uma questão de posturas positivas, adequadas e, acima de tudo, de compromisso pedagógico para que o aluno construa, à sua maneira, o conhecimento e avance na aprendizagem.

Ainscow (1995) afirma que se torna fundamental a escola passar de uma visão estreita e mecanicista do ensino, na qual os alunos não progredem em virtude de suas dificuldades e deficiências, e por isso necessitam de uma intervenção educacional especial, para adotar estratégias de transformação das condições sociais e ambientais; sendo o eixo central desta nova visão o processo de aprendizagem na classe comum, a modificação e a reorganização do sistema educativo.

Para Bartolomeu (1994), a crença em métodos fixos impede a busca de alternativas de ensino e a criação de recursos e materiais que promovam a aprendizagem de todos os alunos.

As crenças e mitos de que a criança em virtude de sua deficiência necessita de um currículo especial, de abordagens pedagógicas diferentes e métodos de ensino especiais, é que delega a responsabilidade da educação desses alunos à educação especial, contribuindo para que a escola não assuma o compromisso pedagógico em relação às crianças com necessidades educacionais especiais e nem inclua suas necessidades específicas no projeto pedagógico e no plano de desenvolvimento educacional do centro de educação infantil.

O eixo central da proposta inclusiva é proporcionar melhores condições de aprendizagem para todos por meio de uma transformação radical da cultura pedagógica; exigindo-se assim, que as relações interpessoais e o fazer pedagógico sejam postos em discussão, evitando-se dessa forma, que não sejam camuflados ou projetados no aluno, a quem, na maioria das vezes, se atribui o fracasso escolar em virtude de suas carências ou deficiências.

A proposta pedagógica, numa visão construtivista do conhecimento, tem no aluno e em suas possibilidades, o centro da ação educativa, sendo o processo pedagógico construído a partir das possibilidades, das potencialidades daquilo que o aluno já dá conta de fazer. É isso que motiva o professor a trabalhar, a continuar se envolvendo nas atividades escolares, garantindo assim o sucesso do aluno e sua aprendizagem. O trabalho cooperativo em grupo, criando ambientes mais adequados à aprendizagem, muda o foco das deficiências para a reflexão sobre as atitudes, a prática pedagógica e, sobretudo, traz para escola a responsabilidade de repensar os fatores estruturais e organizacionais na sala de aula, beneficiando a todos, no final das contas.

Existe uma necessidade de cooperação da família que informa sobre os gostos,

preferências, rejeições, vivências e informações que o aluno já possui, para que sejam usadas no conteúdo e nas atividades a serem trabalhadas, levando em conta o princípio da aprendizagem significativa partindo de experiências positivas para os alunos, dos interesses, dos significados e sentidos atribuídos pelos mesmos.

A Proposta pedagógica da LBD/96 e do *Referencial curricular nacional para educação infantil* (BRASIL, 1998) enfatizam a indissociabilidade entre cuidar e educar, respeitando a singularidade e individualidade de cada criança.

“Educar” significa propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. “Cuidar” significa ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. (BRASIL, 1998, pp.23-24). Faria & Palhares (1999), analisando o currículo na educação infantil, diz que tomar a criança como ponto de partida da proposta pedagógica exigiria compreender que, para ela, conhecer o mundo envolve o afeto, o prazer, o desprazer, a fantasia, o brincar, o movimento, a poesia, as ciências, as artes plásticas e dramáticas, a linguagem, a música e a matemática de forma integrada e contextualizada, pois a vida, afinal, é algo que se experimenta por inteiro.

Para sucesso na participação das crianças com necessidades educacionais especiais em creches e pré-escolas é necessário professores empenhados na interação, acolhida e escuta dessas crianças, interessados em compreender suas necessidades e desejos, e disponíveis para interpretar suas formas de expressão e comunicação, muitas vezes diferentes daquelas das demais crianças da mesma faixa etária. Principalmente, é preciso que os professores desejem querer ajudar as crianças a crescer e conhecer o mundo.

3.6 A FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE AO PARADIGMA DA INCLUSÃO

Um aspecto que merece destaque no contexto da educação inclusiva refere-se à necessidade de uma mudança profunda da prática pedagógica. Ao invés de “impor” ao aluno que se adapte ou se encaixem em sua estrutura didática, os serviços, a escola e os professores devem-se adequar segundo as suas condições e encarar essas circunstâncias com suas possibilidades e adversidades.

Partindo deste pressuposto acrescenta-se ainda a necessidade de formação continuada dos professores. Acredita-se que o primeiro passo para o processo da inclusão consiste em

disponibilizar técnicas científicas e legais aos professores e assim é necessário compreender como se dá o processo da formação do professor.

3.6.1 A Formação de Professor na Perspectiva da Educação Inclusiva

A inclusão escolar é vista como um processo de profunda transformação dos sistemas e práticas educacionais. Considera-se que o objetivo maior para a inclusão da pessoa com deficiência é promover a criação de um espaço social legítimo, proporcionando uma educação que possa ter como referencial todos os alunos independentemente das suas diferenças individuais.

Portanto, quando se reporta a inclusão escolar, não se refere somente ao acesso a matrícula, refere-se a uma mudança pessoal e profissional destes profissionais para que estejam atentos para construir uma nova visão frente a esta educação que tem suas garantias, legais da inclusão escolar, do direito à educação para todos os alunos, tal como expressam os diversos documentos legais e normativos em vigência no país.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9.394 de 1996 (LDBEN) especifica o detalhamento de como deve ser esse atendimento especializado. Em seu capítulo V denominado Da Educação Especial. Sobre as luzes do artigo 58, 59, 60, interligado a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) a qual se refere que:

[...] Tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando o sistema de ensino para garantir, o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidades da modalidade de educação especial desde educação infantil até a educação superior, oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações; e articulações intersetoriais na implementação das políticas públicas (p.14)

A inclusão de alunos com deficiência intelectual traz grandes desafios inéditos sobre a ótica da lei citada dentre eles o que se considera de mais importância e urgência é a formação continuada para os profissionais de educação. Essa formação que hora está sobre o cenário de discursos e debates no âmbito da política educacional, faz com que o profissional docente vivencie este momento, de mudanças e inovações, adquirindo status e estímulo para sua profissão.

Na perspectiva de uma educação inclusiva é primaz a formação continuada para professores, buscando assim primar pelo conhecimento adquirido em sua formação inicial e enriquecer sua prática pedagógica, exterminando assim com toda ação discriminatória e preconceituosa. Cunha (1989) afirma que:

A proposta de formação, como nos dado ver depende da concepção que se tem de seu papel na sociedade desejada. Quase todas as propostas atuais contemplam o saber específico, o saber pedagógico e o saber político-social como partes integrantes da formação do professor. A ênfase em um destes elementos e o ponto de partida para essa formação é que é diferente de atuar para aturar. O principal ponto de discussão parece ser a relação que se estabelece entre estas três abordagens. (p.29)

Para a autora, o professor deverá partir desta amplitude em que está inserido, levando em conta o entendimento de como se dará o processo de ensino – aprendizagem, e que o professor esteja comprometido com as mudanças estruturais da sociedade e da educação. Segundo Pimenta (2002):

Entendo que na sociedade contemporânea cada vez mais se torna necessário o seu trabalho em quanta mediação nos processos constitutivos da cidadania dos alunos, para o que concorre a superação do fracasso e das desigualdades escolares. O que, me parece, impõe a necessidade de repensar a formação de professores. (p.15)

Para a autora, o profissional da educação torna-se cada vez mais importante na sociedade atual. Entretanto, é necessário que ocorra o seu aperfeiçoamento constante de forma que interfira nos processos constitutivos da cidadania para banir o fracasso escolar e as desigualdades sociais.

Dessa forma, fica explicitado que os professores necessitam ter acesso aos conhecimentos específicos para trabalhar com todos os alunos, seja ele com ou sem deficiência. Neste contexto é importante que os docentes tenham conhecimento a respeito da legislação que orienta a educação inclusiva, bem como dos serviços oferecidos pela educação especial que ora se configura como uma modalidade de ensino que permeia todos os níveis educacionais.

Diante de todas essas discussões e inovações cobradas por esse novo paradigma, existem ainda profissionais da educação que não despertaram para a evolução dos novos tempos. E que a maioria desses professores tem ainda uma visão fechada quanto ao processo de inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino. Com referencia a essa inferência, Mantoan (2003) afirma que:

Reconhecemos que inovações educacionais como a inclusão, abalam a identidade profissional e o lugar conquistado pelos professores em uma dada estrutura ou sistema de ensino, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los. (p.77)

Neste sentido a formação de professores tem compromissos educacionais a serem desenvolvidos, assim é necessário que o educador reflita sobre seu trabalho. Conforme afirma Cartolano (1998):

[...] como homem do seu tempo os educadores de hoje não podem esquivar-se dessa realidade social e, muito menos, perder de vista a viabilidade histórica de um projeto de transformação do real. Uma boa formação teórica e prática, básica e comum a todos, independentes da clientela para a qual ensinarão no futuro, lhes garantirão uma leitura crítica não só da educação e das propostas de mudanças nesse campo, mas também uma consciência clara das determinações sociais, políticas e econômicas nelas presentes. Isso significa, por exemplo, saber analisar e criticar propostas oficiais ou institucionais da educação a da “escola única” (Declaração de Salamanca, 1994) a “da Integração” (Políticas Nacionais de Educação Especial, 1994) a fim de reconhecer suas pertinências, ou não, às condições históricas existentes. (p.02),

A autora considera que é imprescindível para a formação do professor da área de educação independentemente da clientela atendida, à aceitação de tais mudanças, que tenha uma leitura de mundo, aceitando a realidade social em que estamos inseridos sem esquivar-se dos compromissos cobrados por essa nova realidade.

Entende-se que a formação inicial do profissional é extremamente importante para o estabelecimento das políticas pedagógicas, dando um suporte para encaminhar o seu desenvolvimento profissional, ampliando assim a chamada formação continuada em serviço, que possibilita ao mesmo resolver eventuais problemas que ocorra em sua prática pedagógica cotidiana.

Partindo do entendimento de que ao ensinarmos modificamos nossos alunos e a nós mesmo consistem em compreender todo o processo histórico em que estamos inseridos, e o papel do professor na sociedade. Segundo Demeval Saviani (1995, p.45): “[...] ao adquirir competência o professor ganha também condições de perceber, dentro da escola os obstáculos que se opõem à sua ação competente”.

Valendo-se a citação acima e virando o foco para a deficiência intelectual, física e/ou mental, pode-se inferir que o profissional da educação só irá desempenhar um bom trabalho se ele adquirir conhecimentos e se estiverem atentos para lidar com os obstáculos, pois para trabalhar com alunos com deficiência ele necessitará de conhecimentos pedagógicos e maior atenção em relação a sua prática.

Assim sendo, a atuação do professor na perspectiva da educação inclusiva, principalmente os que têm alunos com deficiência intelectual não pode se deter em planejamento padrões. Pelo contrario, tem que criar novas e diferentes formas de apresentar os conteúdos escolares; ação que proporciona maior compreensão por parte do aluno com deficiência.

3.6.2 O Ressignificado da Prática Docente numa Educação Inclusiva

Essa compreensão nos permite um olhar investigativo sobre este processo de compreender as relações entre formação continuada e o saber-fazer.

A inclusão escolar provoca no profissional de educação uma possível transição na identidade. O professor não pode se comportar e nem querer ser mais aquele profissional que ensina os alunos de modo eficientemente homogêneo. Há novos conceitos, metas e novas configurações para o seu perfil profissional. Montoan (2003, p. 81) relata que, “ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usadas no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis”.

Para a autora a inclusão escolar não pode ser mais vista como uma educação tradicional e que o professor tem que se preparar para esta nova roupagem de uma formação em serviço mais eficaz, e que as escolas abracem essas mudanças neste novo projeto educacional. Faz-se necessário que as escolas ressignifiquem seu papel que busque a flexibilização curricular, perceba que a formação continuada como necessária nesse processo, bem como, reveja todo o trabalho escolar e compreenda as políticas públicas como um fator primordial para a inclusão escolar.

O Plano Nacional de Educação de 2001, enfatiza a necessidade de professores preparados para atender aos alunos com deficiência a partir dos seguintes artigos:

Art.19. Incluir nos currículos de formação de professores, nos níveis médios e superiores, conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos especiais. Art. 20. Incluir ou ampliar, especialmente nas universidades públicas, habilitação específica em níveis de graduação e pós-graduação para formar pessoas especializadas em educação especial, garantindo, em cinco anos, pelo menos um curso desse tipo em cada unidade da Federação. Art.21. Introduzir, dentro de três anos a contar da vigência deste Plano, conteúdos disciplinares referentes aos educando com necessidades especiais nos cursos que formam profissionais em áreas relevantes para o atendimento dessas necessidades, como Medicina, Enfermagem e Arquitetura, entre outros. Art.22. Incentivar, durante a década, a realização de estudos e pesquisas, especialmente pelas instituições de ensino superior, sobre as diversas áreas relacionadas aos alunos que apresentam necessidades espaciais para a

aprendizagem. (p.129-130)

O texto deixa claro o dever das instituições de educação superior, incluir no seu currículo disciplinas que contemplem a educação inclusiva em especial nas licenciaturas. Referem também à necessidade de criar cursos específicos para educação inclusiva, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Assim dá-nos entender que através da efetivação da lei, os professores irão se tornar mais preparados para lidar com as especificidades de cada deficiência.

Neste contexto entende-se que todo professor precisa ter acesso aos conhecimentos específicos para trabalhar com pessoas com deficiência. Neste caso é necessário, que todos os docentes também tenham conhecimento a respeito das legislações que ampara a educação das pessoas com deficiência para que ele possa desempenhar uma prática condizente com a realidade atual.

Para o professor é necessária que ele construa sua própria identidade e que possa adquirir novas características para adequar às mudanças da sociedade. Pimenta (2002, p.18) relata que:

A identidade não é um dado imutável. Nem externo que possa ser adquirida, mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão de professor, como as demais, emerge em dado contexto e momento histórico, com respeito a necessidades que estão postas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade.

Assim a autora diz que a profissão de professor encontra-se em um momento histórico na nossa sociedade e que para se adquirir status é necessário que sua identidade profissional esteja pautada sobre a luz da construção de novas teorias. A sociedade espera com muita eminência o compromisso da escola de educar a todos os alunos sem exceção, acolhendo os alunos com deficiência cujos princípios foram relatados sobre a luz da Declaração de Salamanca (1994). Segundo Freitas e Castro, (2007);

Um dos principais aspectos a serem vistos pelos sistemas de ensino diz respeito à formação dos professores, especialmente aqueles das classes comuns, que além de necessitarem de capacitação e apoio precisa preparar-se para receber o aluno com deficiência, que para muitos dos professores, até então, era totalmente desconhecida. Assim, faz-se necessário que o professor esteja preparado para receber o “novo aluno” para que a inclusão não seja somente física, mas que seja uma aprendizagem significativa para todos os alunos. Para que se dê essa significativa aprendizagem é necessário saber o que o professor pensa, suas expectativas, suas ansiedades em relações ao diferente. É preciso saber, também, o que esse professor necessita e o que ele almeja. (p.52)

Sobre esta vertente as autoras ressaltam a importância da inclusão das pessoas com deficiência. Neste sentido faz-se necessário a formação continuada, possibilitando assim condições para que o professor possa receber estes alunos. Assim garantindo um ambiente inclusivo permitindo o acesso e a permanência com qualidade.

A prática pedagógica tem que estar alicerçada nos princípios de uma nova pedagogia, voltada para a valorização do alunado que merece todo respeito nesse caso do aluno com deficiência intelectual. O professor deve ter uma visão proativa do sujeito, que os beneficia de um espaço inclusivo que esteja interligada a sua prática pedagógica. Neste sentido Bueno (1999) destaca que:

[...] na medida em que por um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo, para trabalharem com criança que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir, com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que tem calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atende, por que o que tem caracterizado a atuação de professores de surdos, de cegos, de deficientes mentais, com raras e honrosas exceções, é a centralização quase que absoluta de suas atividades na minimização dos efeitos específicos das mais variadas deficiências. (p.15)

O autor ressalta que o professor conforme a formação que é recebida costuma privilegiar certos conteúdos desvinculados da realidade do educando, mantendo assim a mesma prática alienada. Ressalta que os professores agem desta forma por não terem recebido, em seus cursos de formação inicial ou continuada uma formação eficiente que lhe possibilite dar suporte a sua prática pedagógica para atender este alunado.

Para Sasaki (1997, p.41) a inclusão é, pois, “Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais pessoas com necessidade especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. No contexto de uma educação inclusiva, o professor necessita se preparar para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todos os alunos, banindo com a prática de atender a todos dentro de um modelo padrão ultrapassado.

Desta forma, no que se refere à inclusão, o ensino deve ser adaptado as necessidades dos alunos e não buscar adaptação dos mesmos. Sobre esta vertente deve-se considerar que os alunos com deficiência se interagem com o meio, considerando-se sua maneira própria, diferente de entrar em contato com o mundo, respeitando suas possibilidades e limitações. Conhecer as diferenças e respeitá-las, permitir a cada um a quebra de paradigmas sobre a formação de professores nesta nova ação.

A formação de professores neste novo paradigma configura como uma política de valorização do desenvolvimento profissional e pessoal dos professores e das instituições escolares. Entende que a formação do profissional da área de educação ressignifica rever suas atitudes e práticas. Assim cada profissional, caminha ao longo deste processo contínuo, construindo conhecimentos, seus saberes e refletindo sobre sua prática. Por isso é importante ressaltar que a escola é o espaço privilegiado para produzir conhecimentos, propiciando cursos direcionados a realidade local valorizando o trabalho do professor com sujeitos das transformações que se fazem necessária neste espaço tão sagrado para a transformação da sociedade.

A inclusão escolar tem especial importância nesse grande projeto de construção da sociedade inclusiva por duas razões. Em primeiro lugar, a educação é possivelmente o meio mais seguro para prover a todas as pessoas, inclusive aqueles que tradicionalmente vêm sofrendo a exclusão social, o patrimônio mais precioso da humanidade, os bens intelectuais e culturais, essenciais para o exercício pleno da cidadania e para a superação do fosso das desigualdades. Em segundo lugar, é por meio da educação que se pode assegurar a formação de novas gerações de cidadãos, com uma nova mentalidade e atitudes genuinamente inclusivas. (Omote, 2003, p.155).

Como aponta o autor, esta nova roupagem que a educação vem ganhando nesse cenário de profunda transformação, o professor e o profissional da educação necessitam compreender o seu papel frente a educação inclusiva.

3.6.3 A Prática do Professor Frente à Deficiência Intelectual

Os documentos legais que já foram citados enfatizam a necessidade das pessoas com deficiência intelectual estar inserido no contexto educacional em sala regular. Assim dar-nos a entender que a educação inclusiva é o caminho mais correto para incluí-los.

Portanto, faz necessário ressaltar que o trabalho dos professores das escolas especiais no sentido da efetivação de inclusão de pessoas com deficiência intelectual representa uma enorme contribuição aos professores das escolas comuns, pois seus conhecimentos acerca da deficiência intelectual foram construídos no decorrer de toda a história ao longo do tempo.

Segundo Ayres (2004, p.19), “O professor deve sempre conservar em sua mente a noção maior de que ele é mais do que tudo, um agente promotor da educação e que é, portanto, um educador”. Assim, o papel do professor frente a esta nova realidade é de proporcionar as pessoas com deficiência intelectual uma educação de qualidade. Mas para isso é necessário que o professor busque recursos e benefícios e atendam suas reais

necessidades.

Partindo deste entendimento o professor necessita estar atento às suas práticas pedagógicas. A sua ação em sala de aula para atender as pessoas com deficiência intelectual tem que estar condizente com a especificidade de cada um. As pessoas com deficiência intelectual necessitam de um ambiente de aprendizagem que estimule a construção do sistema de significação e linguagem. Assim a exploração do meio em que estão inseridos, como forma de aquisição de experiências o uso de brinquedos e brincadeiras imaginárias e da ação espontânea são instrumentos para a compreensão do mundo. Este ato é de fundamental importância nas relações interpessoais.

Assim tomando como fundamento o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, RCNEI (2001), afirma-se:

Pela oportunidade de vivenciar brincadeiras imaginativas e criadas por elas mesmas, as crianças podem acionar seus pensamentos para resolução de problemas que lhe são importantes e significativos. Proporcionando a brincadeira, portanto, cria-se um espaço no qual as crianças podem experimentar o mundo e internalizar uma compreensão particular sobre as pessoas, os sentimentos e os diversos conhecimentos. (p.28)

Diante deste entendimento as crianças com deficiência intelectual ao vivenciar estas brincadeiras, aprende a conhecer, e a conviver de forma integral.

Neste sentido a intervenção do educador durante a realização das brincadeiras e os contos, oferecendo materiais, espaço e tempos adequados para que ocorra em sua essência o que é de fundamental importância. O professor também pode estimular a imaginação dos alunos despertando ideias questionando-os para que busquem soluções para os problemas que surjam, assim podendo compartilhar as sensações e reações das crianças e principalmente das crianças deficiências intelectual neste momento singular de seu desenvolvimento.

Compreende-se que por meio da integração, as crianças com deficiência intelectual aprendem a seguir regras, experimentar formas de comportamento e se socializar, descobrindo o mundo ao seu redor. A atividade lúdica, portanto, é uma das formas que o professor da educação inclusiva necessita incorporar em sua prática pedagógica. Desta forma as pessoas com deficiências intelectuais se apropriam, tendo melhor compreensão das atividades propostas.

A atividade lúdica como zona de desenvolvimento proximal e como atividade principal da criança significa apontar para o impacto que ela tem sobre o processo de construção do sujeito. Isto pode se melhorar analisando identificando em que aspectos do psiquismo humano ele interfere, como também procurando entender para quais processos psicológicos favorece a emergência e o desenvolvimento.

(Rocha, 2000, p.69)

Para a autora a atividade lúdica proporciona uma compreensão em que estabeleça o real e o criativo uma relação e interpretação constante, vivenciando a fantasia e o imaginário, estabelecendo uma experiência concreta e apropriando da experiência que for tendo assume um favorecimento ao desenvolvimento do sujeito. Para as pessoas com deficiência intelectual é de fundamental importância que estabeleça as atividades lúdicas imaginárias e as situações reais, para que possa conhecer e entender a influência que estas atividades exercem sobre o eles.

Vygotsky (1991) descreve que:

Sob o ponto de vista do desenvolvimento, a criação de uma situação imaginária pode ser considerada como um meio para desenvolver o pensamento abstrato, o desenvolvimento correspondente de regras condiz a ações, com base nas quais se torna possível a divisão entre trabalho e brinquedo, divisão esta encontrada na idade escolar como um fato fundamental. (p.118)

Portanto para o autor é importante que se desenvolva na criança desde cedo este pensamento abstrato. Em se tratando de pessoas com deficiência intelectual esta situação de proporcionar a eles o imaginário abstrato, fez com que através do pensamento ele crie uma forma de recriar e verbalizar de forma que amplie o seu universo linguístico e psicomotor. Sobre esta vertente faz necessário que o professor busque caminho que favorecem aprendizagem significativa possibilitando as pessoas com deficiências um estabelecimento de múltiplas relações entre o significado e o significante, e que elas elaborem caminhos condizentes com sua realidade.

Para que o professor desenvolva um projeto de ação condizente com a teoria das múltiplas relações é necessário que busque em cada aluno o desenvolver e o manifestar da sua inteligência própria.

O perfil do professor para desenvolver um projeto pedagógico à luz das inteligências múltiplas exige dele uma busca pra harmonizar seu próprio aspecto e uma dose significativa de sensibilidade para observar, avaliar, perceber como cada aluno desenvolve e manifesta suas competências. (Smole, 2003, p.194).

Neste sentido a autora relata que o professor necessita compreender as múltiplas inteligências sem que possa imaginar a potencialidade de cada um respeitando o ritmo e as limitações.

Diante desta compreensão (ibid, p.195) destaca algumas características necessárias

para o professor desenvolver um projeto condizente a realidade das inteligências múltiplas nas crianças com deficiência intelectual:

- O cuidado em relação ao planejamento das ações;
- A coordenação e a organização do ambiente de sala de aula para viabilizar o desenvolvimento harmônico da competência dos seus alunos;
- Coordenar os processos de comunicação na sua comunidade – classe;
- Ser sensível e sensato para observar cada aluno e avaliar, por diferentes cominhos, seu desenvolvimento;
- Procurar alternativas de ações no sentido de estabelecer rotas alternativas para levar seu aluno a desenvolver-se plenamente com base nos resultados de suas avaliações.

Partindo deste entendimento é de fundamental importância que o professor organize suas ações envolvendo sua rede de conhecimento estabelecendo um trabalho coletivo, em que todos os agentes da escola sejam envolvidos. O professor ao desenvolver um projeto com esta plenitude é necessário que ele conte com a participação ampla da comunidade escolar.

Assim, para acontecer um trabalho voltado para o desenvolvimento das inteligências múltiplas nas crianças com deficiência intelectual, faz-se necessário que o professor tenha uma formação condizente com esta realidade. Esta formação deve contemplar a todos os educadores, pois é justamente no âmbito de uma sala de aula que as pessoas com deficiência intelectual se manifestam e nascem o despertar do saber. Portanto, são através da educação que as pessoas com deficiência intelectual podem ser inseridas nos mais variados contextos, promovendo mudanças no processo de ensino aprendizagem. Mantoan (1998) aborda que:

Sem dúvida, a inclusão concilia-se com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior: o que recai sobre o fator humano. Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade cedem sua propriedade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interações na escola, exigindo mudanças nos relacionamentos pessoais e sociais e na maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem. Neste contexto a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência as famílias (p.51)

Para a autora a educação é um espaço que possibilita a todos a exercer a cidadania e a ter acesso aos diferentes saberes. É que a inclusão está para amparar a todos os alunos que apresentam dificuldades na escola. É diante desta visão que o professor o qual está diretamente ligada a esta nova vida educacional necessita inovar suas ações e práticas pedagógicas.

Nesta perspectiva é que o professor necessita inserir novas abordagens em sua prática pedagógica: uma delas é compreendida a utilização dos recursos da informática.

No que diz respeito à aquisição da informática para as pessoas deficientes, ela proporciona um aprendizado inovador, favorece a construção do conhecimento, o computador é uma ferramenta, que propicia um trabalho lúdico-pedagógico, enriquecendo sua capacidade intelectual elevando ainda, a auto-estima; o aluno aprende a desenvolver cognitivamente e emocionalmente.

[...] o computador é o instrumento que ajuda a minimizar as barreiras entre a criança e o mundo físico movendo os objetos, realizando o desenho ou a escrita. [...] se a criança conseguiu apertar uma tecla, ela pode comandar o computador para fazer praticamente tudo que ele deseja, sem precisar pedir ajuda as outras pessoas e sem ser limitada pela sua dificuldade de se comunicar com o mundo das pessoas e dos objetos. (Valente, 1991, p.6)

O autor demonstra que ao usar esta tecnologia estimula as pessoas com deficiência ao processo de interação/ comunicação, produzindo assim um aprendizado.

Para ensinar a turma toda, devemos propor atividade abertas e diversificadas, isso é, que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão, de conhecimento e de desempenho dos alunos e que não destaque os que sabem mais ou os que sabem menos. (Mantoan 2007, p.53)

A autora enfatiza que não deve propor uma única atividade, e que a mesma tem que satisfazer o interesse de cada aluno possibilitando que cada um escolha sua própria atividade.

Nessa forma o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimento específico da área. Assim essa formação possibilita ao professor uma atuação mais condizente com o sistema educacional inclusivo.

4 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Com base na discussão desenvolvida neste trabalho, por meio do subsídio da pesquisa bibliográfica de revisão integrativa, desenvolvida à luz da visão teórica e das leis e documentos vigentes em nosso país é que percebe a importância de compreender de que forma se dá a inclusão de pessoas com deficiência intelectual e seu conceito, bem como a sua etimologia e a formação continuada de professores.

Sobre essa vertente é que os avanços das pesquisas na área da medicina, da psicologia, da neurologia e da própria educação muito contribuíram para a compreensão do desenvolvimento do ser humano, e a partir daí melhor interpretar suas diferentes reações com o mundo em que o cerca.

Partindo desse pressuposto, percebe-se que a escola passa a desempenhar um papel relevante na educação nas pessoas com deficiência, quando se propõe em aceitá-los e conviver com suas diferenças.

Nesse sentido percebe-se que a educação inclusiva cresce a cada ano e com isso é necessário que todos os agentes envolvidos no contexto educacional estejam preparados para essa nova visão.

Entende-se que a inclusão de pessoa com deficiência no contexto educacional, é antes de tudo uma questão de direito. Nessa perspectiva é necessário que o sistema de ensino se organize para receber essa clientela, ressignificando o seu papel e eliminando barreiras arquitetônicas e atitudinais. Nesse sentido faz-se necessário adotar práticas de ensino condizentes com a realidade de cada aluno, respeitando as diferenças e suas limitações.

Acredita-se que o aluno com deficiência tenha uma maneira própria de lidar com seu saber. Desta forma os alunos com deficiência têm dificuldades de construir seus conhecimentos.

Sobre essa vertente a inclusão de pessoa com deficiência vem disseminar as práticas pedagógicas, primeiramente daquela escola que mantém o modelo conservador.

Nesse sentido é necessário que as escolas redimensionem urgentemente o seu papel revendo, assim, o seu conceito e atitudes de todos que encontram inseridos no contexto escolar. Assim, para que as escolas se tornem inclusivas é necessário que realizem mudanças em seu projeto pedagógico, promovendo um currículo acessível para todos.

Partindo deste entendimento para dar suporte à inclusão faz-se necessário que aconteça a efetivação do Decreto nº 6.571/08. Para Mantoan (2007) o Atendimento Educacional Especializado é necessário que aconteça nas escolas regulares em horário oposto

em que o aluno esteja inserido e que seja atendido por uma equipe multiprofissional.

Acredita-se que tanto as escolas regulares como as escolas especiais necessitem implantar o Atendimento Educacional Especializado como realmente está explícito em seu bojo do referido decreto.

Diante dessa discussão, percebe-se a importância de uma formação continuada de professores. Através deste estudo ficou explícito que a formação inicial do professor não dará suporte para atender os alunos com deficiência de maneira geral; é necessário que os professores compreendam o processo da transformação histórica da pessoa com deficiência. Diante da ausência da formação continuada do professor e do descumprimento da lei por parte do poder público, é que houve interesse em investigar sobre a deficiência intelectual. Ao analisar esse aspecto o estudo demonstrou uma realidade dolorosa explícita na prática pedagógica dos professores. Em sua maioria os professores não sabem como lidar com os alunos com deficiência, tanto nos aspectos educacionais como: a metodologia a ser aplicada, a falta de informações sobre a etimologia da deficiência e o grande preconceito e discriminação com as pessoas com deficiência.

Em meio a essa complexidade os estudos nos leva a entender que o professor necessita desse suporte teórico como também exterminar todo preconceito impregnado em nossa sociedade.

Assim, outros aspectos que merecem destaque e que deu suporte a essa pesquisa como a efetivação total da participação da família no contexto educacional. Entende-se que é através da família que aprendemos a nos relacionar com os outros. Portanto, para que haja a inclusão de pessoa com deficiência é necessário que a família participe incentivando o seu filho a participar de diversos espaços sociais e ainda favorecendo a elevação de sua auto-estima e as suas relações com o outro.

Ao concluir essa pesquisa bibliográfica, vale ressaltar o quanto, é importante acreditar em um sonho do desejo de buscar novos saberes para o crescimento intelectual e espiritual. O tema pesquisado leva a perceber e certificar que: a inclusão é um sonho possível como afirma muito bem Mantoan (2007) No entanto, para tornar esse sonho possível como diz Cartolano (1998) os educadores de hoje não podem esquivar-se dessa realidade social.

Sendo assim, é preciso que aconteça a inclusão escolar para que a nossa sociedade acorde do descaso e da dívida com todos os que estão excluídos do convívio social. Que possa permitir não só as pessoas com deficiência, mas aqueles que estão à margem do risco social, bem como aquelas pessoas que estão em situações de desvantagens.

Neste sentido, compreende que a educação inclusiva como é assegurado por lei, é uma

educação para todos. Assim, faz-se necessário que os professores estejam preparados para atender a todos com dignidade. Enfim, é desejo que essa pesquisa contribua para a inclusão de pessoas com deficiência , especialmente os com Paralisia Cerebral e que os profissionais de educação tornassem mais comprometidos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

A proposta metodológica esteve pautada em um estudo bastante amplo que teve como eixo uma abordagem aos portadores de paralisia cerebral numa perspectiva de uma Educação Inclusiva. Nesta perspectiva, a metodologia é considerada como um caminho necessário para atingir os objetivos propostos.

A pesquisa é considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se descobrir verdade parcial, significa muito mais do que apenas procurar a verdade, mas em encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

A abordagem utilizada neste estudo foi à pesquisa qualitativa, porque foram expostos as qualidades do objeto estudado sem acréscimo de estatísticas. O método exploratório é uma pesquisa que procura saber detalhes de algo em organismos ou fenômenos, e social é a pesquisa que teve como base a sociedade fenômenos e organismos na sociedade.

Sendo assim, o estudo abordado está fundamentado sobre uma pesquisa bibliográfica, sobre a luz de uma teoria rica e ampla considerando os conhecimentos dos principais autores que abordam esta temática.

A pesquisa bibliográfica deu suporte e oportunidade de se ter um conhecimento teórico da área, neste sentido o conhecimento prévio da situação deu suporte para que propomos estudar, através do método de fichamento, pois é uma técnica que permitiu armazenagem de dados lidos, como nome do autor, o título do livro, resumos, comentários e etc. Para facilitar a visita na caixinha da memória. Sendo assim, inicialmente foi necessário fazer leituras e fichamentos para obter melhor compreensão do tema enfocado.

Assim, através de estudos com teóricos e leis que subsidiaram esta temática, destacam-se: Mantoan, Saviani, Cartolano, Pimenta, Aranha, Bruno, Fávero, Godói, Piaget, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Cunha, entre outros. Teve por finalidade tentar conhecer e explicar diferentes tipos de manifestações, e a maneira de como ocorrem os aspectos estruturais e funcionais, a partir de uma série de interrogações.

Este estudo permitiu que o conhecimento ultrapassasse o senso comum e fosse para um conhecimento científico isto em um estudo sistematizado através de uma metodologia científica, isso porque é através dela que se pode executar um estudo aprofundado de determinado assunto, é o ponto de partida para encontrar a resposta de um problema que se deseje investigar.

6 RESULTADOS

É relevante considerar a importância da escola para o resgate da devida estimulação, para a criança com paralisia cerebral (PC) através de estímulos, da afetividade e da socialização, em ambiente propício e fortalecido pela motivação e por regras de participação, objetivando o autoconhecimento e, em consequência, a aprendizagem.

Nas situações próprias ao desenvolvimento e à aprendizagem da criança na sala de aula e na escola, o aluno com comprometimentos motores deverá receber a atenção necessária para que possa delas participar, dentro das suas possibilidades e com o seu jeito de atuar. Dessa forma, tendo as mesmas oportunidades de participação e de execução, a criança se sentirá valorizada e estimulada, desenvolvendo sua autoestima e, pelas experiências e oportunidades de interação social, terá condições de formar as estruturas mentais básicas para aprendizagem.

De acordo com GODÓI, (2006 v.4), o material pedagógico precisa ser adaptado às condições de manipulação e de uso da criança, sendo que, para isso, a criatividade e a inventividade do professor são fundamentais. O uso de material reciclável e a ajuda da comunidade para fazer alguns tipos de adaptações serão fundamentais para o sucesso da inclusão.

Para GODÓI, (2006 v.4) algumas adaptações básicas de material de uso diário são importantes:

- Bandejas ou tábuas com recortes para copos e pratos que podem ser presos sobre a mesa com ventosas ou outro sistema de fixação evitando que escorreguem ou caiam, especialmente para crianças com incoordenação olho-mão-mão-boca.
- Pratos com borda alta e fixados à mesa, para crianças com incoordenação motora manual.
- Copos adaptados com bases mais pesadas, indicadas para inibição dos movimentos involuntários.
- Copos com duas alças para favorecer a simetria dos membros superiores e coordenação bimanual.
- Talheres, pentes e escovas de dente adaptados quanto ao tamanho, tipos e angulações, com engrossamento de cabos revestidos de espuma, e epóxi ou outros materiais, permitindo melhorar a preensão. As angulações proporcionam melhor desempenho motor em relação à coordenação mão-boca, em casos de desvios ulnares.
- Lápis com diâmetro engrossado por várias camadas de fita crepe, argila, espuma, ou outro material.
- Evitar uso de cadernos para realização de atividades da criança, porque não podem ser fixados, e também pela diferença de altura com relação à mesa ou carteira.
- Substituição do papel A4, pelo papel manilha, por folhas de A1, ou outro tipo de papel com dimensões maiores, para execução de atividades pelas crianças.

- Prender o papel nas quatro pontas com fita crepe larga para suportar os movimentos de traçado da criança.
- As atividades preparadas pelo professor deverão ter traçado grosso com pincel atômico em tamanho grande para melhor percepção, visualização e entendimento da criança.
- É importante para a criança explorar e vivenciar concretamente todo tipo de percepção com o próprio corpo, então o professor deve fazer com ela o movimento quando existir a impossibilidade de fazê-lo sozinha, contribuindo assim para formar suas estruturas mentais básicas para aprendizagem.
- Na fase de construção da escrita, as linhas das folhas deverão ser feitas com pincel atômico e com espaço entre linhas de acordo com o tamanho da letra que ela produz. À medida que adquire maior compreensão do espaço para escrita e segurança no traçado, o espaço entre linhas poderá ser diminuído gradativamente. Somente quando ela dominar o novo espaço poder-se-á introduzir um novo desafio.
- Quando há dificuldade para escrita, a criança deve ser estimulada a usar a comunicação oral.

É preciso também, que haja adaptações do mobiliário e do espaço, pois a postura em sala de aula é de extrema importância até mesmo para o aprendizado das crianças com necessidades educacionais especiais. O corpo deve ficar o mais reto possível; os braços apoiados, alinhados e afastados dos lados do corpo; as mãos devem estar na frente dos olhos para melhor função durante a atividade escolar; o peso deve ser distribuído igualmente nos dois lados do corpo.

Não se pode esquecer que nem todas as crianças com paralisia cerebral serão capazes de ficar na posição correta, podendo ser usado suportes, apoios laterais para tronco e apoio para cabeça; devendo-se sempre apoiar os pés sobre uma base firme.(GODÓI, 2006 v.4).

Existem alguns tipos de mobiliário que auxiliam no posicionamento das crianças na escola, como a cadeira de posicionamento, cadeira de chão (tipo um caixote adaptado), mesa com recorte para melhor apoio dos membros superiores durante a realização das atividades.

A posição do aluno na sala de aula também é muito importante, devendo nos casos de crianças com movimentação involuntária, é importante que ela se sente no meio da sala, em frente ao quadro, para maior simetria; crianças com hemiparesia (paralisia de um lado do corpo), deixar o melhor amigo do lado comprometido, assim como suas matérias para estimular o uso do lado hemiplégico; crianças com dificuldade de atenção deve sentar mais à frente, perto do quadro; deve-se verificar a interferência dos estímulos na sala que possam desviar a atenção dos alunos, assim como a iluminação e o posicionamento do professor frente ao aluno deverá favorecer o contato “olho a olho”. (GODÓI, 2006 v.4).

É importante observar que quando não existir “equipe de apoio”, a escola deverá buscar orientações junto a profissionais da área de reabilitação para orientações quanto os recursos, procedimentos, mobiliários e outras adaptações necessárias ao desenvolvimento da criança.

7 DISCUSSÃO

Neste terceiro milênio observa-se um cenário de profundas transformações, onde o sistema educacional precisa oferecer à sociedade um ensino de qualidade para que esta possa se inserir de forma ativa, consciente e competente no mundo. A educação inclusiva é um movimento que compreende a educação como o direito fundamental e base para uma sociedade mais justa e solidária.

A inclusão de pessoas com deficiência no campo educacional tem-se tornado um tema bastante polêmico. A escola deve ser um ambiente favorável que promova o respeito à diversidade, garantindo as pessoas com deficiência os seus espaços e que possa conviver em uma sociedade inclusiva. Sendo assim, a ignorância e o preconceito que tanto atormentam o cotidiano desses educadores sejam superados, e as dificuldades dos demais alunos, em aceitar um colega diferente, sejam resolvidas.

O âmbito escolar é, portanto, um centro de convivências, onde se faz necessário combater o preconceito e, toda a equipe deve trabalhar em conjunto para, numa revolução silenciosa, romper com a discriminação e a ignorância; a não inclusão dessas pessoas com dificuldade Intelectual e\ou física constitui violação dos Direitos Humanos, haja vista que o acesso à escola é um direito humano e a base para uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste contexto faz-se necessário compreender o processo histórico da deficiência e seu conceito destacando a etimologia, ampliando um olhar sobre as ações pertinentes às deficiências de pessoas com paralisia cerebral, no contexto educacional e a formação de professores.

Assim a inclusão de pessoas com deficiência, em especial paralisia cerebral, tem causado muitas polêmicas entre especialista e professores. Ao vivenciar este problema buscou-se traçar um perfil para compreender a paralisia cerebral na perspectiva de uma Educação Inclusiva, que é o foco deste trabalho.

Perpassa também por várias leis e documentos nacionais e internacionais que estabelecem o direito a educação das pessoas com deficiência. Passando assim, pela Constituição Federal de 1.988 até os documentos mais recentes que o decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2.008. O referido decreto garante a todos as pessoas com deficiência um atendimento educacional especializado.

A discussão aborda também a Escola numa perspectiva inclusiva, que é vista como um caminho para alcançar a inclusão social. Entende-se que a Escola é responsável pelo desenvolvimento pleno de cada cidadão, oferecendo a todas as pessoas com paralisia cerebral ferramentas que permitam dominar a vida e compreender o mundo. Assim, a escola inclusiva, é antes de tudo uma questão de direito humano.

Ainda com esta mesma visão tem como abrangência a relevância do AEE (Atendimento Educacional Especializado) para as pessoas com paralisia cerebral. O AEE é amparado legalmente com o objetivo de propiciar condições para as pessoas com paralisia cerebral aprender e desenvolver habilidades, ultrapassando barreiras impostas pela deficiência.

No que diz respeito à família frente o paradigma da Educação Inclusiva está fixado o entendimento que a família constitui o primeiro grupo social, e é por meio desse convívio que se dá a socialização, constituindo uma aprendizagem significativa. Assim, a participação ativa da família junto ao sistema educacional é de suma importância para as pessoas com deficiência.

O estudo tem como eixo “o professor frente ao paradigma da inclusão”. Em seu bojo estão elencados os subtemas que são: A formação de professores na perspectiva da educação inclusiva, o ressignificado da prática docente numa perspectiva inclusiva e o papel do professor frente à educação inclusiva. No que tange a Educação Inclusiva o professor como agente principal desse processo, merece destaque em sua ação pedagógica renovando os seus conceitos e estruturando sua ação em sala de aula.

Partindo deste pressuposto faz-se necessário que haja políticas públicas voltadas para a efetiva ação e formação continuada do professor. Acredita-se que os primeiros passos para o processo de inclusão é disponibilizar mecanismo para o professor acompanhar esta inovação no contexto educacional.

Haja vista que a inclusão é vista como um processo de profunda transformação dos sistemas educacionais e das práticas educacionais. Portanto, o maior objetivo para a inclusão das pessoas com paralisia cerebral é promover a criação de um espaço social e legítimo a uma educação de qualidade, que é o direito de todos, conforme expressam os diversos documentos legais e normativos, em vigência no nosso país. Neste sentido é que a formação continuada de professores está sobre o cenário de discursos e debate no âmbito da política educacional.

Partindo deste pressuposto é que o profissional de educação necessita aprimorar o que o mesmo já aprendeu em sua formação inicial, enriquecendo sua prática pedagógica, adquirindo novos conhecimentos.

Assim o ressignificado da prática docente neste âmbito de uma educação inclusiva teria que estar pautado sobre um olhar inovador sobre as luzes dos teóricos; o professor tem que estar preparado para esta nova roupagem de uma educação significativa e eficaz. Sobre está vertente é que todas as escolas precisam ressignificar seu papel e que ele busque a flexibilização curricular.

Neste contexto é que o professor necessita preparar para lidar com as diferenças, as singularidades e diversidade de todos os alunos. Partindo deste entendimento é que o papel do professor frente à educação inclusiva é buscar recursos e benefícios para atender as pessoas com paralisia cerebral, de forma condizente com a realidade de cada um.

Assim, a atuação do professor em sala de aula tem que estar pautada em conquistas e que ele possa organizar suas ações envolvendo sua rede de conhecimentos, estabelecendo um trabalho coletivo, em que todos os agentes da escola estejam envolvidos.

Portanto, para que haja uma Educação Inclusiva de pessoas com paralisia cerebral, o professor precisa estar respaldado pelas leis em vigência, através de novos currículos, métodos, técnica e recursos educativos tendo com base a formação continuada em serviço.

Dessa forma, através desta pesquisa, pôde-se realizar estudos com embasamento sobre a visão dos teóricos tendo assim, uma melhor compreensão acerca da paralisia cerebral. Assim, acredita-se que a inclusão de pessoas com deficiência é possível acontecer. Pretendendo-se, com esse trabalho de conclusão de curso, contribuir para que todos os alunos com paralisia cerebral possam ser inclusos nas escolas de ensino regular e com isso, contribuir para a formação continuada de professores que ainda estão vivendo com uma visão fechada

para os alunos com paralisia cerebral e a inclusão dos mesmos, no sistema regular de ensino.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento poucos são os casos de alunos com problemas neurológicos que conseguem progresso escolar para atingir o ensino médio e a universidade. As causas para este insucesso na inclusão têm origens diversas que variam desde limitações próprias do quadro neurológico até falta de acesso adequado ao sistema educacional do País. São problemas estruturais que englobam desde os cursos universitários, falta de apoio no processo de formação continuada do professor, falta de equipe de apoio que dê suporte pedagógico, terapêutico e psicológico a equipe escolar e ao aluno para um trabalho realmente eficiente.

Dificuldades em encontrar escolas adaptadas e professores, se não capacitados, mas, ao menos preparados para oferecer condições e oportunidades de desenvolvimento das potencialidades do aluno para aprendizagem; dificuldades de acesso a tratamentos de reabilitação em locais especializados e problemas socioeconômicos e culturais que geram desconsideração e negligência pelo potencial da criança, ou superproteção que lhe transmite a ideia de ser incapaz; são situações muito comuns e que prejudica de maneira substancial o processo inclusivo.

Quando a escola tiver condições de incluir, de respeitar e de trabalhar com todas as diferenças num processo de igualdade de oportunidades, certamente aqueles que hoje são considerados menos favorecidos pelo sistema educacional, político e social poderão ter melhores condições de acesso e de participação efetiva não somente à educação, como ao trabalho e ao lazer, assim como a todas as mudanças estruturais necessárias que garantam seus direitos de cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA, Bonifácio de. **A universidade e o ensino superior (Observações sobre o ensino universitário)**. Barbacena: UNIPAC, 2005. 102p.:il.

ARANHA, Maria Salete Fábio (org.). **Educação inclusiva: a escola**. 2º ed.-Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 26p. (Série Educação Inclusiva; 3) Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.

ARANHA, Maria Salete Fábio (org.). **Educação inclusiva: a família**. 2º ed.-Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 17p. (Série Educação Inclusiva; 4) Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.

ARANHA, Maria Salete Fábio (org.). **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica**. 2º ed.-Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 28p. (Série Educação Inclusiva; 1) Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.

AYRES, Antônio Tadeu. **Prática Pedagógica competente: ampliando os saberes do professor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **Congresso Nacional**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. (Lei nº 9.394). Brasília, Centro Gráfico, 1989.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Plano 2001b. (apresentado por Ivan Valente. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. V.1: Introdução. Ministério da Educação Fundamental. Brasília. MEC/SEC, 2001.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução**. [4º ed.]-Brasília : MEC, Secretaria de educação Especial, 2006.45p.: il.

BUENO, J. G. **Crianças com necessidades especiais, políticas educacional e a formação de professores generalistas ou especialistas**. Revista Brasileira de educação especial, vol. 3. nº 05, 7 – 25, 1999.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteadó. **Formação do educador curso de Pedagogia: a educação especial**. Cad. CEDES, Set. 1998. Vol.19.

CUNHA, M.I. **O bom professor e a sua prática**. Campinas: Papirus, 1989.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga et. al., **Aspectos legais e orientação pedagógica**. São Paulo: MEC\ SEESP, 2007. 60p.

FREITAS, Soraia Napoleão & CASTRO, Subrina Fernandes de. Educação Online, em 21 de novembro de 2007.

GODÓI, Ana Maria de- Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD...[et al.] – **Educação Infantil : saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização : deficiência física.** [4 ed.] – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 98 p. :il.

GODÓI, Ana Maria de- Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD...[et al.] – **Educação Infantil : saberes e práticas da inclusão : dificuldades acentuadas de aprendizagem : deficiência múltipla.** [4 ed.] – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 58p. : il.

Inclusão; Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial\ MEC, v.4, nº2 Julho\Outubro 2008.

LOPEZ, Jaume Sarramona. **Educação na família e na escola:** o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

MACEDO, R. M. **A família do ponto de vista psicológico:** lugar seguro para crescer? Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 91, p. 62-68, 1991.

MANTOAN, M.T.E E BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Atendimento Educacional Especializado.** SEEP/SEED/MEC. Brasília, DF, 2007, p.16.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Compreendendo a deficiência mental:** novos caminhos educacionais. São Paulo: Scpione, 1998.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér, **INCLUSAO ESCOLAR,** O que é? Por quê? Como Fazer. São Paulo, Moderna 2003.

MARQUES, Luciana Pacheco. **Professores e alunos com deficiência mental:** formação e concepções. (Trabalho apresentado na 24º reunião anual da ANPED,GT Educação Especial). Caxambu, 2001. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/professores_de_alunos.asp?id_artigo_356. Acesso em Março de 2004.

MONTE, Francisca Roseneide Furtado do. **Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão: Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento\ coordenação geral.** – Brasília: MEC, SEESP, 2005. 65p. : il. – Vol. 2.

MUÑOZ, J.L.G.; BLASCO, G.M.G. & SUÁREZ, M.J.R. **Deficientes motores II: Paralisia Cerebral. In: BAUTISTA, R. Necessidades educativas especiais.** Lisboa, Dinalivro, 1997.
NÓVOA, Antônio (Org.). **Profissão professor.** Porto, PT: Porto, 1995.

OMOTE, Sadao. **A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão.** In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. (Org.) Formação de educadores: desafios e perspectivas / organizadora Raquel Lazzari Leite Barbosa. - São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PANIAGUA, G. **As famílias de crianças com necessidades educativas especiais.** In: COLL, C; MARCHESI, A; PALACIOS, J; (orgs.) Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2 ed. Porto Alegre:

Artmed, 2004, p. 330 - 346.

PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva** / Ana Rita de Paula, Carmen Martini Costa. - São Paulo: SORRI-BRASIL, 2006.

PERRENOUD. P. **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000.

PIAGET, J. **A equilibração das estruturas cognitivas: problema central de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

REY, F. G. & Martins, AM (1989) **La personalidad: Au educacion y desarrollo**. La Habana: Editorial pueblo y Educacion.

ROCHA, Maria Silva P. de M. L. da. **Não brinco mais: A (dês) construção do brincar no cotidiano educacional**. Ijuí – RS: Unijui, 2000.

RODRIGUES, M. **Psicologia Educacional, uma crônica do desenvolvimento humano**. São Paulo: McGRAW-HILL, 1976.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1991.

SAVIANI, Demeval. **Pedagogia histórico-crítico: Primeiras aproximações**. 5ª Ed. Campinas: Autores Associados, 1995. (coleções Polemicam do nosso tempo; v.40)

SHEPHERD, Roberta B. **Fisioterapia em Pediatria**. São Paulo, Livraria Editora Santos, 1996.

SILVA, Maria de Fátima Minetto Caldeira. **Diversidade na aprendizagem das pessoas com necessidades especiais**. —Curitiba: IESDE, 2004.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. **A matemática na educação infantil: teoria das inteligências múltiplas na prática escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VALENTE, José Armando (org.). **Libertando a mente: computadores na educação especial**. Campinas: Unicamp, 1991.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores: 4 ed.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.